



Relatório Semanal

De 09 a 13 de junho

1. Publicações Relevantes (DOU):

❖ Na segunda-feira (09/06):

Foi divulgado o [DESPACHO DE 6 DE JUNHO DE 2025](#), que autoriza o afastamento do Presidente do INCRA, Cesar Fernando Schiavon Aldrighi, para participar do Global Land Forum, promovido pela International Land Coalition, em Bogotá, Colômbia, entre 15 e 21 de junho. A missão é estratégica para o diálogo global sobre acesso à terra, justiça fundiária e regularização de territórios rurais.

- ❖ Foi publicada a [PORTARIA SE/MPI Nº 94, DE 5 DE JUNHO DE 2025](#), que autoriza o afastamento da servidora Elis Nascimento Silva para participar da 62ª Reunião dos Órgãos Subsidiários da UNFCCC, entre 14 e 22 de junho, na Alemanha. A missão reforça a presença brasileira nas negociações climáticas com foco em justiça climática e povos tradicionais.

- ❖ Foi divulgado o [DESPACHO DE 6 DE JUNHO DE 2025](#), que autoriza o Presidente do CNPq, Ricardo Magnus Osorio Galvão, a participar das reuniões da OCDE e do Conselho Científico da Organização Europeia para a Pesquisa Nuclear (CERN), em Genebra, entre 14 e 21 de junho. A agenda envolve governança científica internacional e diplomacia da ciência.

❖ Na terça-feira (10/06):

- ❖ Foi divulgado o [DESPACHO DE 9 DE JUNHO DE 2025](#), que autoriza o afastamento do Presidente da 30ª Conferência das Partes da Convenção do Clima (COP 30), André Aranha Corrêa do Lago, para missão oficial entre 13 de junho e 3 de julho, com agendas sucessivas na Alemanha, Reino Unido e Espanha. A ação reforça a diplomacia climática brasileira na preparação para a COP 30 em Belém.

- ❖ Foi publicado o [DESPACHO DE 9 DE JUNHO DE 2025](#), que autoriza o afastamento da servidora Rebeca Souza Rocha, da Diretoria-Executiva da COP 30, para participar da UN Climate Change Conference em Bonn, Alemanha, de 11 a 27 de junho. A viagem integra os



preparativos da delegação brasileira para a conferência climática de 2025.

- ❖ Foi publicado o [**DESPACHO SEI Nº 4.570/SFB**](#), que autoriza o afastamento do Diretor de Regularização Ambiental Rural do Serviço Florestal Brasileiro, Marcus Vinicius da Silva Alves, para participar do evento "Restoration for Prosperity", em Beijing, China, de 14 a 23 de junho. A agenda se insere na pauta de restauração ecológica como estratégia de desenvolvimento sustentável.
- ❖ Foi publicada a [**PORTARIA MPS Nº 1.281, DE 9 DE JUNHO DE 2025**](#), que aprova o Plano de Integridade 2025-2026 do Ministério da Previdência Social. A iniciativa estabelece diretrizes sobre ética, controle interno e integridade pública, fortalecendo a governança institucional nas políticas sociais e previdenciárias, com interface com a justiça climática e a inclusão socioambiental.
- ❖ **Na quarta-feira (11/06):**
 - ❖ Foi publicada a [**PORTARIA MTUR Nº 14, DE 10 DE JUNHO DE 2025**](#), que delega competência ao titular do Departamento de Qualidade, Sustentabilidade e Ações Climáticas no Turismo para assinatura de Termos de Compromisso de Boas Práticas no âmbito da COP30. A medida insere o setor turístico nas articulações da conferência e reforça o alinhamento da pauta com estratégias de sustentabilidade ambiental e climática.
 - ❖ Foi divulgado o [**DESPACHO DE 10 DE JUNHO DE 2025**](#), que autoriza o afastamento da diretora Karina Araújo Sousa, da Secretaria Nacional de Transição Energética, para participar de missão técnica sobre energia eólica offshore no Reino Unido, com apoio do Banco Mundial. A missão fortalece a inserção do Brasil em tecnologias de baixo carbono e reforça a política de diversificação da matriz energética.
 - ❖ Foi publicado o [**DESPACHO DE 10 DE JUNHO DE 2025**](#), que autoriza o afastamento da presidente dos conselhos de recursos do sistema financeiro e de seguros do Ministério da Fazenda, Adriana Teixeira de Toledo, para participar do evento "Ciclos Internacionais de Desenvolvimento de Lideranças – 2025", em Paris. O evento é relevante para os debates sobre finanças sustentáveis e governança econômica global.



- ❖ Na **quinta-feira (12/06)**:
- ❖ Foi publicado o [**AJUSTE, POR TROCA DE NOTAS, ENTRE O GOVERNO DO BRASIL E O GOVERNO DA ALEMANHA**](#), o acordo firmado por troca de notas entre os governos do Brasil e da Alemanha prevê cooperação financeira de até 20 milhões de euros para o projeto 'Conservação Florestal na Amazônia Legal'. A execução dependerá de contrato entre o beneficiário e o banco alemão KfW, com isenção de tributos diretos pelo Brasil. O ajuste abrange também ações preparatórias e futuras contribuições. O compromisso expira em dezembro de 2025 caso o contrato não se efetive.
- ❖ Foi autorizado o [**DESPACHO Nº 43.783, DE 11 DE JUNHO DE 2025**](#), que autoriza o afastamento do Presidente do ICMBio, Mauro Oliveira Pires, para missão em Lima, no Peru, no âmbito do Acordo de Cooperação Técnica com o SERNANP (Serviço Nacional de Áreas Naturais Protegidas pelo Estado). A visita técnica será realizada entre 15 e 22 de junho e visa o fortalecimento da gestão de áreas protegidas e intercâmbio ambiental sul-americano.
- ❖ Foi divulgado o [**DESPACHO DE 10 DE JUNHO DE 2025**](#), Henrique dos Santos Pereira, Diretor do INPA, foi autorizado a se afastar para participar do 'Annual CSSP Brazil Workshop 2025', na University of Leeds, Reino Unido. O evento integra parceria científica com o MetOffice e será realizado entre 15 e 22 de junho, com foco em ciência climática e serviços de previsão."
- ❖ Foi publicado o [**DECRETO Nº 12.500, DE 11 DE JUNHO DE 2025**](#), que estabelece normas para a transição de empresas estatais federais entre as condições de dependência e não dependência orçamentária, com impactos sobre a governança pública, avaliação de desempenho e sustentabilidade fiscal.
- ❖ Foi autorizado o [**DESPACHO DE 9 DE JUNHO DE 2025**](#), Nelson Barbosa Filho representará o BNDES em eventos internacionais no Japão e na China, entre 19 e 28 de junho. A missão inclui participação no Brazil National Day na Expo Osaka, reuniões com investidores em Tóquio e comitês do Asian Infrastructure Investment Bank (AIIB) e CLAIFUND em Pequim, com foco em infraestrutura sustentável e captação de recursos verdes.



Na sexta-feira (13/06):

- ❖ Foi publicado o [**DECRETO Nº 12.512, DE 12 DE JUNHO DE 2025**](#), que cria a Rede Brasileira de Bancos de Alimentos (RBBA), com princípios como valorização da cultura alimentar, economia circular, articulação federativa e integração entre sistemas de segurança alimentar e assistência social. A iniciativa reforça políticas de combate ao desperdício e de promoção da sustentabilidade alimentar.
- ❖ Foi divulgada a [**PORTARIA GM/MMA Nº 1.420, DE 12 DE JUNHO DE 2025**](#), que define regras e calendário para a escolha dos membros da Comissão Nacional para Recuperação da Vegetação Nativa – Conaveg. As ações estão alinhadas ao Proveg e Planaveg, que preveem a restauração de 12 milhões de hectares até 2030, com impactos positivos na proteção hídrica e na transição ecológica.
- ❖ Foi publicada a [**PORTARIA SEV/MDIC Nº 152, DE 12 DE JUNHO DE 2025**](#), que dispensa Rodrigo Rollemberg da função de membro titular do Comitê de Economia de Impacto, em representação ao MDIC. A alteração indica reorganização institucional na pasta responsável pela bioeconomia e transição verde.
- ❖ Foi autorizado o [**DESPACHO DE 12 DE JUNHO DE 2025**](#), que autoriza o afastamento da servidora Julia Alves Marinho Rodrigues para integrar missão à China entre 21 de junho e 1º de julho, com foco em desenvolvimento econômico e industrial. A agenda contribui para o intercâmbio de soluções sustentáveis e políticas industriais verdes.

2. Proposições Legislativas Apresentadas:

Na **segunda-feira (02/06)**, foram apresentadas as seguintes matérias legislativas relevantes:

- [**CD REQ 13/2025 PEC06623**](#), de autoria da Deputada Flávia Moraes - PDT/GO, Requer a realização de Audiência Pública para debater a ampliação do prazo de parcelamento das dívidas dos Municípios com o Regime Geral de Previdência Social (RGPS).
- [**CD PL 2752/2025**](#), de autoria do Deputado Luiz Carlos Hauly - PODE/PR, acrescenta o § 6º ao art. 2º da Lei nº 11.053/2004 para permitir que participantes e assistidos de planos de previdência complementar anteriores a 2005 possam optar pelo regime de alíquotas regressivas.



- Na **terça-feira (10/06)**, foram apresentadas as seguintes matérias legislativas relevantes:
 - [CD RIC 3484/2025](#), de autoria do Deputado Capitão Alberto Neto - PL/AM, Requer do Excelentíssimo Ministro da Fazenda, Senhor Fernando Haddad, informações sobre a nova Medida Provisória que reformulará políticas tributárias.
 - [CD RIC 3485/2025](#), de autoria do Deputado Capitão Alberto Neto - PL/AM, Requer do Ministro de Estado da Integração e do Desenvolvimento Regional, Senhor Waldez Goes, informações a respeito dos investimentos na COP30 e a falta de saneamento persistente na região Norte.
 - [SF PL 2761/2025](#), de autoria do Senador Otto Alencar - PSD/BA, Institui a Política Nacional de Governança Climática, estabelece diretrizes e mecanismos de implementação da governança climática e dá outras providências.
 - [SF RQS 436/2025](#), de autoria do Senador Zequinha Marinho - PODEMOS/PA, Requer a oitiva da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária sobre o Projeto de Lei nº 3517/2024.
- Na **quarta-feira (11/06)**, foram apresentadas as seguintes matérias legislativas relevantes:
 - [CD PL 2781/2025](#), de autoria do Deputado Marcos Tavares - PDT/RJ, Institui o Programa "Carbono Pessoal", para estimular a compensação voluntária das emissões individuais de gases de efeito estufa, com cálculo, redução e compensação da pegada de carbono e dedução simbólica no Imposto de Renda da Pessoa Física.
 - [CD PL 2791/2025](#), de autoria da Deputada Camila Jara - PT/MS, Altera a Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), para incluir diretrizes que minimizem os impactos dos resíduos sólidos sobre a fauna silvestre.
 - [CD PL 2797/2025](#), de autoria do Deputado Acácio Favacho - MDB/AP, Altera a CLT para permitir ao empregado ausentar-se do trabalho, sem prejuízo do salário, para acompanhar sua cônjuge ou companheira gestante em consultas e exames do pré-natal.



Na **quinta-feira (12/06)**, foram apresentadas as seguintes matérias legislativas relevantes:

-HABITAÇÃO, DESENVOLVIMENTO URBANO E SANEAMENTO | MATÉRIAS APRESENTADAS:

Propostas que sustam os efeitos de Decretos que impactam a programação orçamentária e a tributação sobre operações financeiras

Diversos parlamentares apresentaram Projetos de Decreto Legislativo (PDL) com o objetivo de sustar os efeitos de decretos recentes que alteram significativamente a programação orçamentária e a regulamentação do IOF, mobilizando o controle legislativo e a proteção à segurança jurídica tributária.

- [CD PDL 313/2025](#), de autoria da dep. Daniela Reinehr (PL/SC).
- [CD PDL 314/2025](#), de autoria do dep. Zucco (PL/RS).
- [CD PDL 315/2025](#), de autoria do dep. André Fernandes (PL/CE).
- [CD PDL 316/2025](#), de autoria do dep. Carlos Jordy (PL/RJ).
- [CD PDL 317/2025](#), de autoria do dep. Delegado Caveira (PL/PA).
- [CD PDL 320/2025](#), de autoria do dep. Gustavo Gayer (PL/GO).
- [CD PDL 321/2025](#), de autoria do dep. Zé Trovão (PL/SC).
- [CD PDL 322/2025](#), de autoria dos dep. Marangoni (UNIÃO/SP), Luiz Carlos Busato (UNIÃO/RS), David Soares (UNIÃO/SP) e outros.
- [PDL 323/2025](#), de autoria do dep. Sóstenes Cavalcante (PL/RJ).
- [PDL 324/2025](#), de autoria do dep. Diego Garcia (REPUBLIC/PR).
- [PDL 326/2025](#), de autoria do dep. Pedro Aihara (PRD/MG).

- [CD PL 2849/2025](#), de autoria do dep. Capitão Alden (PL/BA), que institui medidas de incentivo à contratação de pessoas com idade igual ou superior a 45 anos no mercado de trabalho e dá outras providências.

- [CD PL 2825/2025](#), de autoria do dep. Zé Adriano (PP/AC), que altera o art. 125 da Lei nº 14.133/2021 para ampliar o limite de alterações unilaterais em contratos



administrativos, permitindo que reformas e recuperações em geral tenham o mesmo teto de 50% aplicado hoje apenas a reformas de edifícios.

- [CD PL 2844/2025](#), de autoria do dep. Lucio Mosquini (MDB/RO), que altera a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, para considerar ato de improbidade administrativa dar causa à paralisação injustificada de obra pública regularmente iniciada.
- Na **sexta-feira (13/06)**, foram apresentadas as seguintes matérias legislativas relevantes:
- [CD PL 2866/2025](#), de autoria do dep. Lucio Mosquini (MDB/RO), que altera a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, para considerar ato de improbidade administrativa dar causa à paralisação injustificada de obra pública regularmente iniciada.
- [SF PDL 329/2025](#), de autoria do dep. Lucio Mosquini (MDB/RO), que altera a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, para considerar ato de improbidade administrativa dar causa à paralisação injustificada de obra pública regularmente iniciada.
- [SF PDL 325/2025](#), de autoria do dep. Lucio Mosquini (MDB/RO), que altera a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, para considerar ato de improbidade administrativa dar causa à paralisação injustificada de obra pública regularmente iniciada.

3. Temas diversos

Na **segunda-feira (09/06)**, foi enviado:

★ **HADDAD SE REÚNE COM MOTTA E ALCOLUMBRE PARA DEFINIR SUBSTITUTOS À ELEVÇÃO DO IOF**

- Após reunião com os presidentes da Câmara, dep. Hugo Motta (REPUBLICANOS/PB), e do Senado Federal, sen. Davi Alcolumbre (UNIÃO/AP), o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou que o governo editará uma Medida Provisória com medidas compensatórias à alta do IOF. O encontro, realizado na noite de domingo, teve como foco buscar alternativas de arrecadação diante das críticas ao decreto anterior.



★ **GESTÃO DE RESÍDUOS, ECONOMIA CIRCULAR E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL | PROPOSIÇÕES EM TRAMITAÇÃO:**

-Quitação de Débitos Trabalhistas em Licitações Públicas

- **CD PL 1704/2025**, altera a Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações) para exigir comprovação de quitação de débitos trabalhistas como requisito de contratação com a Administração Pública.

-Ampliação da Licença-Maternidade em Casos Específicos

- **CD PL 1900/2025**, altera a CLT e a Lei nº 8.213/1991 para ampliar a licença-maternidade em situações específicas, incluindo o art. 71-E.

-Revogação de Obrigações sobre Investimentos Verdes

- **SF PL 2100/2023**, revoga dispositivo que obriga seguradoras, entidades de previdência complementar, de capitalização e resseguradores a investir parte de suas reservas em ativos ambientais ou créditos de carbono.

-Sustentabilidade, Inclusão e Gestão Democrática nas Cidades

- **CD PL 2088/2025**, que institui política para priorização de infraestrutura urbana em Zonas Especiais de Interesse Social voltadas a serviços essenciais como água, luz, transporte e internet.

Na **terça-feira (03/06)**, foi enviado:

-POLÍTICA NACIONAL DE ECOPONTOS

- **CD PL 2171/2025**, que institui a Política Nacional de Ecopontos para o descarte ambientalmente adequado de materiais reutilizáveis e recicláveis, com incentivo a parcerias público-privadas e benefícios fiscais.

-RECUPERAÇÃO DE MATAS CILIARES COM COMPENSAÇÃO DE DÍVIDAS RURAIS

- **CD PL 2178/2025**, que cria programa de recomposição de matas ciliares com possibilidade de compensação de dívidas de empresas rurais e produtores com NFPR.



-COMPENSAÇÃO FINANCEIRA POR PROIBIÇÃO RETROATIVA DE BENS

- **CD PL 3562/2024**, que garante compensação a cidadãos caso haja vedação legal retroativa a bens legalmente adquiridos.

- Selo Empresa Sustentável

- **SF PL 2113/2025**, Cria o selo de reconhecimento para empresas com práticas sustentáveis, vinculado à Lei de Licitações.

-Aumento de Penalidades por Incêndios em Áreas Ambientais

- **CD PL 2085/2025**, altera a Lei de Crimes Ambientais para endurecer penas por incêndios em áreas protegidas.

-Escolas do Clima com Base em Saberes Tradicionais

- **CD PL 2177/2025**, Institui as Escolas do Clima, com foco em práticas ancestrais para enfrentamento das mudanças climáticas.

-Turismo Náutico Sustentável

- **CD PL 2200/2025**, altera a Política Nacional de Turismo para incluir critérios de sustentabilidade no turismo náutico.

-RESERVA DE VAGAS EM LICITAÇÕES PARA PÚBLICOS ESPECÍFICOS

- **CD PL 2175/2025**, que altera a Lei de Licitações para prever cotas para PCDs, reabilitados e aprendizes em atividades de risco.

-DIRETRIZES DE LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2026 (LDO)

- **CN PLN 2/2025**, que estabelece as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2026, com impactos relevantes sobre os investimentos públicos em mobilidade urbana e infraestrutura de transportes.

Na **quarta feira (28/05)**, foi enviado:

★ **APROVADOS REQUERIMENTOS PARA AUDIÊNCIAS PÚBLICAS SOBRE LIXÕES E ECONOMIA CIRCULAR:**



-Encerramento de Lixões e Inclusão de Catadores

- **CD REQ 74/2025 CMADS**, Requer a inclusão da Sra. Beatriz Nóbrega como convidada no âmbito do REQ 59/2025, que trata da realização de audiência pública para debater o fechamento dos lixões no Brasil e a inclusão socioprodutiva de catadores.

-Política Nacional de Economia Circular (PL 1874/2022)

- **CD REQ 75/2025 CMADS**
Requer a inclusão da Sra. Beatriz Nóbrega como convidada no âmbito do REQ 61/2025, destinado à audiência pública sobre a Política Nacional de Economia Circular.

Na **quinta-feira (04/06)**, foi publicado:

★ **GOVERNO PUBLICA MEDIDA PROVISÓRIA COM MUDANÇAS NA TRIBUTAÇÃO E SUBSTITUI DECRETO DO IOF:**

O governo federal publicou nesta quarta-feira (11) a Medida Provisória n.º 1.303/2025, que estabelece uma série de mudanças na tributação de aplicações financeiras e eleva a taxa sobre determinados tipos de empresas. A medida foi formulada como alternativa ao decreto que aumentava o IOF, rechaçado pelo Congresso, e que também foi substituído nesta quarta-feira por um novo ato normativo. O recuo parcial do decreto anterior foi igualmente publicado no Diário Oficial da União.

A proposta, coordenada pelo Ministério da Fazenda, tem como objetivo compensar a perda de arrecadação estimada em R\$27,3 bilhões com o fim da cobrança do IOF sobre operações de crédito a partir de 2025. A estratégia do governo é preservar o equilíbrio fiscal e atender às metas da nova âncora fiscal.

★ **APROVADOS REQUERIMENTOS PARA AUDIÊNCIAS PÚBLICAS SOBRE LIXÕES E ECONOMIA CIRCULAR:**

-Inclusão do PIX no Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT)

- **CD PL 2249/2025 CMADS**, Altera a Lei nº 6.321/1976 e o Decreto nº 10.854/2021 para permitir o uso do PIX como modalidade de repasse do benefício de alimentação, no âmbito do PAT.

-Consórcios Públicos Intermunicipais de Segurança



- **CD PL 2240/2025 CMADS**, Estabelece normas gerais para criação e funcionamento de consórcios públicos intermunicipais voltados à segurança pública e defesa social, alterando a Lei nº 11.107/2005.

-Vedação a Embargos Ambientais Coletivos sem Auto de Infração

- **CD PL 2344/2025 CMADS**, Altera a Lei nº 12.187/2009 (PNMC) para vedar embargos em propriedades sem prévia lavratura de auto de infração e proibir embargos coletivos.

-Critério de Desempate em Licitações

- **CD PL 2319/2025 CMADS**, Altera a Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações) para incluir critérios de desempate de propostas, priorizando segmentos específicos.

4. Considerações finais

A Frente Parlamentar de Gestão de Resíduos e Economia Circular (FPREC) acompanhou com atenção o intenso calendário de agendas internacionais e normativas divulgadas no DOU, com destaque para missões técnicas voltadas à diplomacia climática, restauração ecológica, governança fundiária, finanças sustentáveis e inovação científica. A presença brasileira em fóruns estratégicos, como a OCDE, CERN, COP 30 e a conferência da UNFCCC, reforça o protagonismo do país em temas ligados à transição ecológica, desenvolvimento verde e justiça climática. Merece destaque a assinatura de cooperação com a Alemanha para a conservação florestal na Amazônia Legal e a criação da Rede Brasileira de Bancos de Alimentos, importante iniciativa de articulação intersetorial contra o desperdício.

No plano legislativo, avançaram proposições centrais à agenda da FPREC, como os projetos sobre economia circular, ampliação de Ecopontos, compensação por danos ambientais, fortalecimento de consórcios públicos e combate aos embargos coletivos sem auto de infração. Também houve mobilização em torno da Medida Provisória nº 1.303/2025, que substitui o aumento do IOF por um novo modelo de tributação, gerando reações do setor produtivo e exigindo atenção redobrada aos efeitos sobre a sustentabilidade financeira de cooperativas, MPES e empreendimentos circulares. A FPREC segue comprometida com a consolidação de marcos regulatórios que integrem justiça socioambiental, bioeconomia e reindustrialização verde, garantindo protagonismo nacional nas soluções para a crise climática.